

DEBATES

FOMOS CAPAZES DE DIZER NÃO À DIVISÃO DO ESTADO DO PARÁ

*Maria de Fátima da Fonseca*¹

Após o resultado da consulta sobre a divisão do Estado do Pará, cabe refletirmos sobre o que ocorreu e não permitir que as mentiras ditas sejam esquecidas e possamos com seriedade responder à pergunta: por que esta vontade de dividir o território do Grão-Pará?

Segundo Di Paolo (1990), só com a análise da composição política e étnica que se operou na Amazônia desde a entrada dos europeus é que se pode compreender o que é o Estado na Amazônia paraense, pois,

no século XVI, antes da chegada dos europeus na Amazônia, os índios viviam em constantes guerras endógenas, lutando pela defesa da terra contra tribos invasoras ou pela hegemonia na região. Em julho de 1613, houve uma tentativa francesa de ocupar o Pará, o que provocou a reação portuguesa. A frota lusitana partiu de Pernambuco e conquistou o Maranhão, tirando-o dos franceses. Foi nesse período que o capitão Caldeira Castelo Branco planejou, em São Luís, a conquista do Pará.

À fundação de Belém, em 12 de janeiro de 1616, teve a participação dos Tupynambás do Maranhão, que facilitaram a acolhida pacífica das tribos locais dos Tupynambás ao Pará.

A miscigenação forçada, a proibição das línguas indígenas e africanas, a desapropriação das terras, via decreto, a destribalização intergrupala e intragrupal, a obrigação ao trabalho forçado e a integração compulsória constituíram a realidade social do Grão-Pará e, especialmente, de Belém.

A predominância de um estilo português de vida criou os povoados temporários do Grão-Pará que foram aos poucos afeiçoando-se às cidades conhecidas na época pelos europeus, que precisavam da estabilidade do território para a reprodução física e para o comando administrativo dos súditos, pois era a vontade do rei e da corte que orientava suas vidas.

1 Professora da Universidade da Amazônia. Doutora em Sociologia pela UNESP/Araraquara/SP.

Essa dinâmica social construída dentro de uma concepção europeia de enriquecimento e de poder político do Estado Nacional foi um traço diferenciador fundamental na convivência dos distintos grupos sociais que passaram a habitar a cidade de Belém. Belém se constituiu, desde então, espaço demarcado por territórios sociais definidos. Nas elites governantes estavam pessoas não nativas; os que vinham de fora, os que eram enviados para comandar os que aqui estivessem. Essas elites governantes traziam ou formavam o grupo de sustentação político-administrativa de sua confiança. Os que aqui estavam, mesmo que fossem portugueses nascidos no Brasil ou em Belém, possuíam acesso restrito ao grupo de poder, mesmo que tivessem posses e garantissem a Portugal e ao Brasil os limites territoriais e a submissão de súditos (FONSECA, 2006, p. 74-75).

Para discutir o Estado é necessário analisar vários elementos constitutivos de sua origem entre nós. E, entre esses elementos estão:

- Um descaso pelos índios que aqui habitavam;
- Decisão dos colonizadores orientada para a conquista do território e dos comportamentos dos que aqui habitavam;
- A criação de um estilo de vida assemelhado às cidades europeias existentes na época;
- O comando administrativo externo aos habitantes e as suas necessidades;
- Uma concepção europeia de enriquecimento;
- A demarcação por territórios sociais definidos;
- As elites governantes compostas de pessoas não nativas, os vindos de fora que eram delegados como elites governantes que traziam ou formavam o grupo de sustentação político-administrativo;
- Os portugueses que aqui estavam ou tinham acesso restrito ao grupo de poder, mesmo que tivessem posses e garantissem a Portugal e ao Brasil os limites territoriais e a submissão de súditos.

Essa forma de organização político-administrativa continua arraigada na mentalidade de muitos “paraenses”. Tanto é que, passados tantos séculos, pouco ou nada feito para que os habitantes do território do Grão-Pará conhecessem e participassem desse importante instrumento civilizador.

O Grão-Pará foi acostumado a ser governado por “senhores”. Senhores de engenhos, senhores de fazendas e escravos e senhores do comércio. Os senhores tinham seus empregados, mas estes não conheciam salários, pois o aviamento era a forma de pagamento existente. Ainda hoje essa prática exploradora permanece.

Belém, como local de residência e sede de governo, permitia que:

... Os portugueses aqui nascidos e os portugueses governantes tivessem algo em comum. Podiam exigir o máximo dos índios, dos poucos negros, dos colonos pobres e de seus descendentes e submissão total aos interesses da metrópole.

- As leis vão se tornando mais duras contra as classes subalternas.

- A cidade de Belém tornou-se um território de descontentamento. As gerações vão se sucedendo, misturas étnicas vão acontecendo, e um caldeirão de projetos pessoais e grupais vão se constituindo.

As tensões sociais provocadas pelas diferenças de grupos e de interesses definiram a posição social dos que habitavam Belém, tornando mais difícil a relação entre os povos nativos – índios ou aldeados – negros e portugueses pobres – colonos, pequenos comerciantes e agricultores e a classe dirigente com seus ricos proprietários de terras (FONSECA, 2006, p. 86).

O descaso pelos habitantes fossem eles nativos, migrantes, habitantes da cidade ou de locais mais distantes da capital, sempre foi uma constante.

À independência do Brasil parecia ecoar, na longínqua Amazônia, a “morte” diante da impossibilidade concreta de emergir, das relações sociais, a conquista da liberdade aspirada e de sentir o gosto da independência política proclamada.

Essas tensões tiveram uma eclosão no movimento “Cabanagem” pouco reconhecido e considerado na historiografia política oficial e predominante. Segundo Meirelles Filho (2004), a Cabanagem:

foi o único movimento social em que efetivamente a população tomou o poder, ainda que por pouco tempo. Incapazes de se organizar para fazer frente ao poderio do novo Império, os cabanos foram enfraquecidos e, ao final, massacrados pelas tropas imperiais. O Brasil da Corte Imperial preferiu ignorar os anseios legítimos da população local e comandar a região da mesma forma que a Coroa portuguesa (*apud* FONSECA, 2006, p. 89).

Depois da Cabanagem houve um esquecimento histórico e político dos habitantes de Belém e do Grão-Pará, pois,

os principais protagonistas desse acontecimento singular, que marcou profundamente a História do Brasil, foram os anônimos, mas politizados “homens das cabanas” desta longínqua Amazônia, cuja consciência e atitude política transformaram Belém no centro revolucionário da América Latina, durante a década de 1830, em sintonia com os principais centros revolucionários do mundo dos séculos XVIII e XIX (DI PAOLO, Nota para a 2ª edição, 1990).

Na memória social dos habitantes mais antigos está apenas um nome de governante que, na primeira metade do século XX, fazia visitas aos municípios mais distantes da capital. Foi um dos interventores do Pará no período pós-Revolução de 1930. Sua disposição de resolver os problemas sociais da época o tornou conhecido de muitos:

Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, primeiro-tenente nomeado interventor do Pará, foi o fundador do Partido Liberal, que teve como opositor a denominada Frente única... Nesse período, foi promulgada a quarta Constituição do Estado, em 2 de agosto de 1935.

... Novamente interventor, estive à frente do governo até a redemocratização do país, ocorrida em 1946 (HAGE, 1993, p. 73).

Não vem ao caso discutir a forma e a conveniência local e nacional desse governo, mas apenas registrar que o vasto território, até poderia receber melhoramentos, mas como uma medida político-administrativa outorgada.

O Estado do Pará volta ao cenário político-administrativo nacional, mais intensamente, nos anos 1960 do século XX, com os Planos de Integração da Amazônia.

Para Brito (2001), é somente a partir de 1940, que recomeça o processo de maior intensidade de intervenção do Estado na região. É que a partir dessa época houve a implantação de uma estrutura estatal, em que a organização do conjunto de órgãos do Estado institucionalizaria uma concepção política de desenvolvimento.

Verifica-se, portanto, que nesta parte do Brasil, a organização administrativa é recente. Tem menos de 70 anos. Contudo em 70 anos, os habitantes já deveriam ter sentido uma influência desse Estado, por menor que fosse.

Porém, durante o período militar o Estado voltou à cena. Do território do Pará, foi retirada uma grande quantidade de terra, para doação às empresas, pessoas e para o próprio governo da União. Nada foi perguntado aos seus moradores.

Passou-se a falar de grandes projetos de mineração, hidrelétricos e agrícolas como alavancas do desenvolvimento. Ainda hoje o discurso permanece, embora as consequências negativas sejam conhecidas por governantes, estudiosos e residentes envolvidos.

Os anos de 1980 e 1990 foram marcados pela redefinição das funções do Estado. Aumentou a importância dos mecanismos funcionais da administração pública. Neste caso, sim, é possível afirmar que esses mecanismos estavam presentes, apenas na capital. Agências de desenvolvimento, bancos estatais e

órgãos públicos aqui se implantaram e daqui decidiam o destino de pessoas a milhares de quilômetros.

Acostumamo-nos com isso. Por conta dessa definição, muitos problemas ocorreram no campo e deveriam ser resolvidos na capital, pois era aí que estavam as autoridades.

Ilhas de desenvolvimento foram construídas e uma convivência danosa se efetivava neste vasto território. Era o confronto entre a existência dos nativos e a satisfação dos interesses daqueles que para cá foram atraídos para realizarem os grandes empreendimentos regionais.

As decisões sempre foram tomadas fora dos habitantes e até fora do governo estadual ou municipal, o que permite a Gonçalves (2001) afirmar que a Amazônia será sempre vista como um peso político marginal nos blocos de poder nacional e, portanto, sem voz própria. Com o Grão-Pará não será diferente.

Nem mesmo a chegada do século XX indica mudanças nessa perspectiva. O descaso pelos moradores desse Estado era tão previsível, que grupos defensores de interesses próprios pela lucratividade econômica, política e financeira tornaram pública a ideia do esquiteamento do território do Grão-Pará.

Mas, dissemos não. E não significa *limites*. A maioria dos que votaram: 70 % dos eleitores. E 70% desses eleitores disseram: Não. Não significa: Parem.

Parem com essa conversa de que divisão do território é o que existe de milagroso para melhor governar. Quando se quer governar com eficiência encontram-se mecanismos adequados para fazer isso. É só conhecer as multinacionais e ver como elas comandam suas filiais com eficiência sem estar face a face.

Para quem foi acostumado a não tomar grandes decisões a favor dos habitantes, parece ser mais fácil a visão provinciana de que só podemos enxergar o que está na ponta do “nariz” ou do “umbigo”.

Conhecer as necessidades básicas de quem mora nessa unidade federada é fácil. Tem as universidades que a cada semestre e ano lançam inúmeros trabalhos publicados sobre a transformação das necessidades dos habitantes em “problemas sociais”. Tem os órgãos do governo federal com os censos de vários tipos para que os governantes saibam o que está acontecendo. Tem profissionais técnicos e científicos que podem auxiliar se forem devidamente reconhecidos financeiramente. O que não se pode é querer que esses profissionais sejam mão de obra barata para satisfação de interesses de grupos que governam.

Parem com essa conversa de que a distância entre a capital e os municípios é o único e maior impedimento para o desenvolvimento econômico e social

do Grão-Pará. Durante a Campanha para o plebiscito pouco ou nunca se falou dessa debilidade da organização político-administrativa. Jogou-se os moradores de Belém contra os outros moradores das áreas de interesse da divisão, como se estivesse na mão dos cidadãos de Belém, da capital, a negação da cidadania aos que moram fora da capital.

Isso acontece porque a cidade de Belém, capital do Estado continua sede de moradia e de governo. Mas, nem por essa condição, as situações aqui são melhores do que as de outros locais mais afastados. Aqui tem problemas de saúde pela falta de profissionais e de infraestrutura para que eles possam exercer sua profissão com dignidade. Falta apoio logístico para os profissionais que trabalham com a infância e juventude. Falta gestão administrativa e financeira para que atividades artísticas, esportivas e culturais façam parte das ações educacionais desenvolvidas com crianças e jovens. Quando alguma coisa existe é chamada de projeto, e pode encerrar-se em qualquer momento, sem nenhuma explicação para os que o executam e os destinatários.

Exemplo disso são as escolas de ensino médio. A maioria delas são meros espaços de sociabilidade juvenil e não espaços de conhecimento. A escola é enfadonha, os prédios não raro; sujos, riscados, quebrados, falta limpeza. O espaço que deveria ser de aprendizagem à cidadania tornou-se um lugar onde sua negação constante é uma rotina. Na escola de ensino médio estão os jovens, desejosos de uma profissão, de um conhecimento, de uma base sólida para construção de sua existência. Mas, o que lhe é oferecido?

Mesmo na capital, quando as ruas são asfaltadas “esquecem” de fazer um processo correto de saneamento e esgoto. Qualquer chuva é capaz de fazer uma inundação e mandar para o fundo as casas e tudo aquilo que foi comprado ao longo da vida. Acusa-se o povo como o único e maior culpado. O povo não tem educação ambiental, não sabe organizar o lixo doméstico. Mas, quando há denúncias de que as empresas que recolhem o lixo hospitalar o jogam em qualquer lugar, vem a público um importante porta voz dizendo que providências serão tomadas, o tempo passa e o esquecimento acontece.

Na capital estão todas as sedes das secretarias do governo estadual, da prefeitura e de toda assessoria competente e escolhida a dedo pelos governantes. Por que então, aqui não está tudo uma “maravilha”?

Parem com essa conversa de que a capital é o único lugar possível para que se elabore uma gestão governamental eficiente, pois se assim fosse não haveria necessidade de governo municipal e vereadores. Se nos municípios o prefeito e os vereadores não sabem o que fazer para governar, existem conhecimentos específicos e necessários para quem deseje ser governante, parlamentar e as-

essor político. Peçam e paguem os serviços de assessoria, que as universidades possuem subsídios e profissionais para planejar, acompanhar e avaliar os orçamentos municipais.

Talvez seja essa a grande vantagem da capital. Como as Universidades ou Centros de Estudos Superiores ou Faculdades de um jeito ou de outro ainda formam seres críticos, estes conseguem se organizar e tornar público seu descontentamento, o que não significa que será resolvido pelo poder público. E que, na capital, alguma voz corajosa do Ministério Público se manifeste e não seja vista de imediato, como “perseguição política”.

Talvez a capital tenha um número maior de pessoas que procuram fazer o exercício da cidadania criando manifestações diversas para que os governantes e parlamentares precisem ser “ficha limpa” e aí sim, serem eleitos. Devemos levantar a bandeira de que os governantes façam cursos de gestão de recursos humanos, naturais, tributação e orçamento; planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas; aplicação, controle e transparência do dinheiro público, e ainda, direitos e garantias fundamentais. Não basta jurar sobre a Constituição, é urgente e necessário conhecê-la.

Parem com essa conversa de que só alguns “ilustres” ou “bons de papo” servem para governantes ou parlamentares. Fazer parte de um dos poderes do Estado é muito importante para a vida de uma nação, unidade federada ou município, por isso, o estudante deve aprender desde a educação infantil que estar a serviço do Estado é responsabilidade de todo cidadão e não apenas de alguns que aprenderam desde cedo a se organizar em partidos, seja lá de que tipo for.

É verdade que a campanha do *não* foi “sentimentalóide”. Mas sentimento e afeto são marcas de identidade. Quem de nós resiste a um: “maninha faça isso pra mim!” ou “que pavulagem é essa?” ou “pensa que sou lesa?”. A velha geração conhece bem o gosto dessa afetividade. Os jovens envolvidos pela mídia que mostra a beleza como produto que se compra nas lojas vão perdendo essa gostosa convivência entre o velho e o novo que ainda se faz neste vasto Grão-Pará.

Afetividade como traço de identidade não se permite acontecer fora de um determinado espaço social e territorial. O afeto pelas “nossas coisas” é um aspecto que a pós-modernidade quer destruir. As raízes devem ceder espaço ao novo e ao provisório, ao fragmentado. Mas, não se pode fragmentar o rio, a floresta e o clima sem gerar e conviver com as consequências. O progresso técnico faz isso em áreas específicas do Grão-Pará. Fragmenta-se o rio para transformá-lo em hidrelétricas e balneários. Fragmenta-se a floresta para transformá-la em fazendas, estradas, agrobussines, agroturismo, agroecologia

como produto de luxo e só para alguns “poucos” que podem “captar a essência do progresso”.

Fragmenta-se a identidade de um povo para transformá-lo em um fantoche da política, da corrupção, do desânimo e da desconfiança de todos contra todos.

A defesa do Grão-Pará está na capacidade de seu povo em decidir o seu futuro. E isso é feito com escolaridade, saúde, habitação digna, trabalho e exercício de cidadania. A sociedade civil deve exigir isso para todos. Afinal de contas ao nos chamarmos de “civilizados”, isso quer dizer que somos capazes de entender e fazer e desfazer nossa própria organização.

Agora que dissemos não para a divisão do território do Grão-Pará devemos sair do marasmo que nos acompanha e nos faz acomodados com o que vemos e ouvimos dos que nos governam.

Os governantes precisam enxergar nossa disposição em querer escolas, postos de saúde, esgoto e saneamento e segurança pública em nossos municípios. Eles precisam enxergar nossa disposição em conhecer os gastos públicos, e se desconfiarmos de que não são sérios, que possamos mostrar nossa indignação nas praças públicas e nas escolas.

Os governantes precisam sentir que a prisão também é para aqueles que enganam o povo e desviam o dinheiro público de suas reais finalidades. Eles precisam sentir que não estamos de acordo com seus altos salários e regalias, pois trabalhamos duro para ter um salário que fica aquém do que precisamos para viver dignamente.

Os governantes e parlamentares precisam saber que aqueles que ocupam cargos públicos, por causa de sua influência partidária também recebem dinheiro público, por isso devem mostrar trabalho bem feito de verdadeiros assessores, secretários e chefias imediatas. Eles precisam aprender que o povo que vota e seus familiares são seres “poderosos”, pois podem lhes tirar o cargo e o salário, se não estiverem satisfeitos com o resultado do trabalho.

Agora para além da consulta precisamos ficar de olho nos governantes e parlamentares do Estado e dos municípios. Precisamos organizar nossa mobilização em torno das reivindicações necessárias a nossa vida, como educação, saúde, saneamento, esgoto, qualidade de vida, recolhimento do lixo, entre tantas outras necessidades.

Dizer não foi o primeiro passo, mas é necessário ir além. Precisamos mobilizar os habitantes das matas, rios e terras longínquas na defesa de nossos direitos, dentro e fora da capital.

REFERÊNCIAS

- BRITO, Daniel Chaves de. *A modernização da superfície*. Belém: UFPA/NAEA, 2001. Prêmio NAEA.
- FONSECA, Maria de Fátima. *Jovens urbanos dos povos da Amazônia na cidade de Belém/PA*. Araraquara: UNESP, 2006. Tese.
- IANNI, Octávio. *Estado e capitalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- TRINDADE Jr. Saint-Clair Cordeiro. *Produção do solo urbano em Belém*. Belém: UFPA, 1997.